

/ EDITORIAL

Endividamento rural e a necessidade de ações permanentes

Os sucessivos eventos climáticos registrados nos últimos anos transformaram o endividamento rural em um dos principais desafios do agronegócio brasileiro, especialmente no Rio Grande do Sul. A combinação de perdas de safra, queda de renda e aumento dos custos de produção comprometeu a capacidade de pagamento de milhares de produtores e restringiu o acesso a novos financiamentos.

É nesse contexto que surge a Medida Provisória nº 1.376/2026, anunciada na semana passada pelo governo federal após negociações com a Frente Parlamentar da Agropecuária. A proposta busca interromper o avanço da inadimplência, permitir que os produtores reorganizem suas finanças e recuperem o acesso ao crédito, condição indispensável para garantir a continuidade da produção.

A medida cria duas modalidades de renegociação conforme o nível de perdas acumuladas pelos produtores, com prazos de até dez anos, período de carência, juros reduzidos e possibilidade de refinanciamento sem entrada. Também amplia o alcance das negociações ao incluir operações com recursos livres, mecanismos envolvendo as Cédulas de Produto Rural (CPRs) e a criação de um fundo garantidor para facilitar o acesso ao crédito.

A reação das entidades representativas foi positiva, embora cautelosa. A Farsul e a Frente Parlamentar da Agropecuária reconhecem que a MP representa o avanço mais significativo já apresentado pelo governo para enfrentar o endividamento rural, sobretudo pela inclusão das operações com recursos livres e pela criação do fundo garantidor. No entanto, sustentam que o texto ainda não contempla integralmente todas as modalidades de crédito privado.

Na avaliação da Farsul, o Projeto de Lei 5.122/2023, que também trata do endividamento, traria mais benefícios para o setor. O texto previa o uso direto de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para refinanciamento dos produtores rurais, taxas de juros menores e limites maiores na tomada de crédito, seguindo determinados critérios.

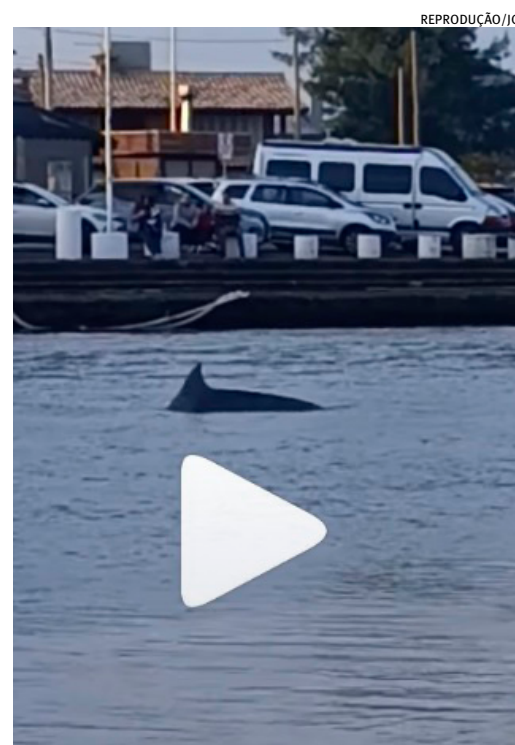
Em uma época marcada por eventos extremos cada vez mais frequentes, é preciso estabelecer políticas permanentes de gestão de riscos, além de fortalecer o seguro rural e oferecer aos produtores instrumentos de crédito compatíveis com uma atividade que depende de fatores muitas vezes imprevisíveis. A MP oferece um alívio importante, mas não elimina a necessidade de uma estratégia de longo prazo para tornar o financiamento do campo mais seguro e sustentável.

A medida cria duas modalidades de renegociação conforme o nível de perdas acumuladas

/ DESTAQUES NA EDIÇÃO DIGITAL

f jornalcomercio i jornalcomercio t JC_RS y JornalDoComercioRS in company/jornaldocomercio

A colunista do Mercado Digital, Patricia Knebel, conversou com Valery Singer, vice-presidente global da AWS. A executiva defende que os estudantes precisam desenvolver competências duráveis. Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista o vídeo.



A pesca cooperativa com botos na foz do rio Tramandaí se destaca não só pela tradição, mas também por sua importância econômica e ecológica. A atividade ajuda a preservar a espécie e impulsiona o turismo na região por meio de uma interação fascinante entre os pescadores e os animais. Mire o QR Code e confira a reportagem.



Para acessar, aponte a câmera do seu celular para o QR Code

/ FRASES E PERSONAGENS

“A educação financeira continua sendo indispensável porque ensina a acumular patrimônio. Mas chega um momento em que o patrimônio deixa de ser apenas uma questão matemática e passa a depender da qualidade das decisões, das relações familiares e da estrutura criada para sustentá-lo.” **Paula Pellegrini**, especialista em planejamento patrimonial.

“É fundamental que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico seja mantido ao longo do tempo para que possamos aumentar a complexidade de produtos e, assim, podermos ter uma indústria mais forte com produtos com maior valor agregado.” **Jefferson Gomes**, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“A aplicação desta tarifa adicional reduz significativamente a competitividade do calçado brasileiro nos Estados Unidos e inviabiliza muitas operações que vinham sendo retomadas desde o fim da tarifa adicional de 40%, em fevereiro deste ano. Trata-se de uma medida que penaliza não apenas os exportadores brasileiros, mas também importadores, marcas, varejistas e consumidores norte-americanos, dada a interdependência produtiva e comercial entre os dois países.” **Haroldo Ferreira**, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados).



ABICALÇADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

www.jornaldocomercio.com

Diretor-Presidente
Giovanni Jarros Tumelero

Editor-Chefe
Guilherme Kolling

direcao@jornaldocomercio.com.br
editorchefe@jornaldocomercio.com.br

Av. Ipiranga, 6.681
Tecnopuc - Prédio 99 - 4º andar
Porto Alegre, RS • CEP 90619-900
Atendimento ao Assinante: (51) 3213.1300

Conselho

Presidente:
Mércio Cláudio Tumelero

Membros do Conselho:
Cristina Ribeiro Jarros
Jenior Cardoso Jarros Neto
Valéria Jarros Tumelero

Fundado em 25/5/1933 por
Jenior C. Jarros
Zaida Jayme Jarros

/ CENÁCULO/REFLEXÃO

Uma mensagem por dia

Em todas as atitudes na vida, é necessário haver equilíbrio, para que ocorra a harmonia entre corpo, alma e mente. No entanto, é difícil manter o equilíbrio em todas as coisas. Nesses momentos, é bom repensar certas atitudes, eliminando maus hábitos e rígidos padrões de pensamento.

Meditação

Caminhe com firmeza e segurança, sem pressa, e nunca pare de progredir e de crescer.

Confirmação

“E por que ficar tão preocupados com a roupa? Olhai como crescem os lírios do campo. Não trabalham, nem fiam” (Mt 6,28).

Rosemary de Ross/Editora Paulinas